



Diploma Mulher-Cidadã
Carlota Pereira de Queirós

*Reconhecimento àquelas que lutam pelos
direitos de todas as mulheres*

Edição 2023





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diploma Mulher-Cidadã
Carlota Pereira de Queirós – 2023

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Outubro 2023

SUMÁRIO

Apresentação	5
Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.....	6
Histórico do Diploma	8
Perfil de Carlota Pereira de Queirós	14
Conheça as 5 agraciadas com o Diploma – 2023	17
Aparecida Gonçalves.....	18
Flávia Gonzaga Costa Chagas	19
Leila de Andrade Linhares Barsted	20
Maria Luiza Fontenele	21
Rosa Maria Pires Weber	22
Conheça as demais indicadas ao Diploma – 2023	23
Claudete Alves da Silva	24
Eva Evangelista de Araújo Sousa	25
Julieta Maria Cardoso Palmeira.....	26
Jumara Porto Pinheiro	28
Luiza Pereira Sol	29
Luziane Cravo Silva	30
Maria Helena Guarezi.....	31
Rita Lee Jones de Carvalho (<i>in memoriam</i>)	32

APRESENTAÇÃO

Desde 2016 a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher tem tido o privilégio de agraciar cinco brasileiras com o Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós, por sua atuação excepcional no exercício da cidadania e na defesa dos direitos da mulher.

Essas mulheres constituem um exemplo a ser seguido, com suas trajetórias que contribuíram para avançarmos cada vez mais ocupando espaços de poder e, com isso, diminuindo a grande disparidade que ainda existe entre homens e mulheres no Brasil. As agraciadas plantaram raízes e abriram caminhos para gerações futuras, e esta Comissão se regozija em homenageá-las, já que o reconhecimento de uma vida de trabalhos é, além de justo, simbólico. Registramos que tanta dedicação e sacrifício pessoal não passou incólume à sociedade brasileira.



Deputada LÊDA BORGES

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Presidente LÊDA BORGES (PSDB/GO)

1ª Vice-Presidente DELEGADA KATARINA (PSD/SE)

2ª Vice-Presidente DELEGADA IONE (AVANTE/MG)

3ª Vice-Presidente DILVANDA FARO (PT/PA)

TITULARES:

AMANDA GENTIL (PP/MA)
ANA PIMENTEL (PT/MG)
CLARISSA TÉRCIO (PP/PE)
CORONEL FERNANDA (PL/MT)
DELEGADA IONE (AVANTE/MG)
DELEGADA KATARINA (PSD/SE)
DILVANDA FARO (PT/PA)
ELCIONE BARBALHO (MDB/PA)
ELI BORGES (PL/TO)
ELY SANTOS (REPUBLICANOS/SP)
FERNANDA MELCHIONNA
(PSOL/RS)
FRANCIANE BAYER
(REPUBLICANOS/RS)
JULIA ZANATTA (PL/SC)
JULIANA CARDOSO (PT/SP)
LAURA CARNEIRO (PSD/RJ)
LÊDA BORGES (PSDB/GO)
NELY AQUINO (PODE/MG)
PASTOR EURICO (PL/PE)
PROFESSORA GORETH (PDT/AP)
ROGÉRIA SANTOS
(REPUBLICANOS/BA)
SILVYE ALVES (UNIÃO/GO)
YANDRA MOURA (UNIÃO/SE)

SUPLENTES:

ALICE PORTUGAL (PCdoB/BA)
ANA PAULA LEÃO (PP/MG)
CHRIS TONIETTO (PL/RJ)
DAYANY BITTENCOURT (UNIÃO/CE)
DELEGADA ADRIANA ACCORSI
(PT/GO)
DIEGO GARCIA (REPUBLICANOS/PR)
ENFERMEIRA ANA PAULA (PDT/CE)
ERIKA HILTON (PSOL/SP)
ERIKA KOKAY (PT/DF)
FELIPE BECARI (UNIÃO/SP)
FLÁVIA MORAIS (PDT/GO)
JACK ROCHA (PT/ES)
MÁRCIO MARINHO
(REPUBLICANOS/BA)
PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
(PSOL/SP)
RENILCE NICODEMOS (MDB/PA)
RODRIGO GAMBALE (PODE/SP)
ROSANA VALLE (PL/SP)
SÂMIA BOMFIM (PSOL/SP)
SILVIA CRISTINA (PL/RO)
SOCORRO NERI (PP/AC)
SONIZE BARBOSA (PL/AP)
TABATA AMARAL (PSB/SP)

HISTÓRICO DO DIPLOMA CARLOTA PEREIRA DE QUEIRÓS

O Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós – uma iniciativa da Deputada Laura Carneiro – foi criado por meio da *Resolução nº 3, de 2003*, destinado a agraciar mulheres que, no País, tenham contribuído para o pleno exercício da cidadania, na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero.

Com a criação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER), a indicação das agraciadas para o Diploma Carlota Pereira de Queirós passou a ser competência da referida Comissão.

A Câmara dos Deputados, desde a aprovação da Resolução nº 3/2003, já agraciou cinquenta e cinco mulheres, premiando cinco indicadas por ano, nos seguintes anos: 2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2016, 2017, 2018, 2019, 2021 e 2022.

A primeira edição do prêmio, entregue em *março de 2004*, contemplou a médica **Zilda Arns**, fundadora e coordenadora nacional da Comissão Pastoral da Criança, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); a feminista e escritora **Rose Marie Muraro**; a advogada e ativista **Ana Montenegro**; a educadora **Maria das Dores Muniz**; e a ex-presa política e ex-integrante do Comitê Brasileiro pela Anistia **Maria Amélia de Almeida Teles**.

Em *2006*, a entrega do Diploma aconteceu no Dia Internacional da Mulher. As indicadas foram a **ex-deputada Janete Capiberibe**; a cantora **Daniela**

Mercury; a médica **Albertina Takiuti**; a religiosa **Irmã Dolores**; e a ativista política na área de direitos humanos **Iramaya Benjamim**.

No ano de 2007, o Diploma Mulher-Cidadã foi entregue na véspera do Dia Internacional da Mulher, em cerimônia no Salão Negro da Câmara dos Deputados. A bancada feminina escolheu cinco homenageadas para receber o diploma: **Ellen Gracie**, presidente do Supremo Tribunal Federal; **Maria da Penha**, biofarmacêutica, vítima de violência doméstica cujo caso deu origem à lei que leva seu nome; **Míriam Tsibodowapré**, a **Míriam Terena**, líder indígena responsável pela criação da primeira organização de mulheres indígenas do País, o Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI); **Ana Maria Rizzante Gallazzi**, italiana radicada no Brasil desde 1977 como missionária da Igreja Católica, atua na Comissão Pastoral da Terra do Amapá; e **Irmã Louis Marie de Jesus Sagesse**, a **Irmã Marie**, nascida na Bélgica e batizada originalmente como Zélie Culée, é freira da Congregação das Filhas da Sabedoria, que vive há 30 anos no Brasil e atua na área de ação social em favor dos pobres e carentes de São Paulo.

Em 5 de março de 2008, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, aconteceu a cerimônia de entrega do Diploma Mulher-Cidadã “Carlota Pereira de Queirós” cujas agraciadas foram: deputada **Ceci Cunha** (*in memoriam* - os filhos da deputada, Adriana e Rodrigo Cunha, receberam o diploma); a educadora **Mari-lena Chauí**; **Olga Benário Prestes** (*in memoriam*); a parteira do Amapá **Jovelina Costa dos Santos**; e a artesã cearense **Maria Miguel de Oliveira «Rosinha»**.

Em 2009, aconteceu a quinta edição do Diploma, que foi entregue às seguintes mulheres: **Cristina Buarque**, Secretária de Mulheres de Pernambuco;

Vitória Motta Leste, vice-presidente do Serviço Voluntário de Assistência Social de Minas Gerais; **Lucinha Araújo**, presidente da ONG Sociedade Viva Cazusa; a ex-deputada **Maria Elvira**; e a assistente social **Gilse Maria Westin Cosenza**, anistiada política que atuou em várias organizações sociais.

Após um intervalo de sete anos, a Câmara dos Deputados retomou, no dia 1º de dezembro de 2016, a premiação de mulheres que se destacaram pela contribuição para o exercício da cidadania, em defesa dos direitos da mulher e de questões de gênero no Brasil.

Em Sessão Solene no Plenário Ulysses Guimarães, presidida pela Deputada Gorete Pereira, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER), cinco brasileiras foram homenageadas com o “Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós”. Elas foram indicadas por parlamentares e escolhidas pela CMULHER para receber o diploma. Eis as agraciadas: **Amini Haddad Campos**, juíza estadual em Mato Grosso; **Cármem Lúcia Antunes Rocha**, ministra e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); **Maria da Conceição Dias de Albuquerque**, missionária e fundadora da Associação dos Missionários da Solidariedade; **Luiza Helena de Bairros** (homenagem póstuma à ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial durante o governo Dilma Rousseff) e **Tânia Regina Pereira Rodrigues**, fundadora da Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (ANDEF).

Em 2017, segundo ano de funcionamento da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, presidida pela Deputada Shéridan, foram escolhidas cinco mulheres para receberem o Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de

Queirós. Em Sessão Solene, no dia 26 de outubro daquele ano foram agraciadas as senhoras: **Daniela Rodrigues Teixeira**, vice-presidente da OAB/DF; **Elza da Conceição Soares**, cantora; **Maria Gabriela Prado Manssur**, promotora de justiça do Estado de São Paulo; **Marina Kroeff**, médica, e **Raimunda Gomes da Silva**, extrativista da quebra de coco babaçu.

Em 2018, foram eleitas **Alzira Soriano Teixeira** (*in memoriam*), primeira prefeita eleita no Brasil e na América Latina; **Ana Cristina Ferro Blasi**, advogada, juíza do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e responsável pela campanha “Mulheres na política, elas podem, o Brasil precisa”; **Marielle Franco** (*in memoriam*), socióloga, feminista e defensora dos direitos humanos, eleita vereadora na cidade do Rio de Janeiro em 2016, cargo que exerceu até março de 2018, quando foi assassinada; **Mônica Spada e Sousa**, diretora-executiva da Maurício de Sousa Produções, lançou o projeto “Donas da Rua” em 2016, em parceria com a ONU Mulheres; e **Renata Gil de Alcântara Videira**, juíza responsável pela organização do prêmio “Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos”.

Em 2019, foram eleitas **Catarina Cecin Gazele**, procuradora de Justiça do Espírito Santo; **Cristina Castro Lucas de Souza**, professora da Universidade de Brasília (UnB); **Dulcinéia de Oliveira**, presidente da Associação Habitacional Nova Terra, em Minas Gerais; **Marta Vieira da Silva**, jogadora de futebol; e **Solange Bentes Jurema**, procuradora do Ministério Público de Alagoas.

Em 2021, as homenageadas foram **Cristiane Britto**, Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; **Lenira Maria de Carvalho** (*in memoriam*), fundadora

da Associação das Empregadas Domésticas da Área Metropolitana do Recife, da Associação das Trabalhadoras Domésticas do Recife e co-fundadora da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e da Confederação Latino-Americana e do Caribe de Trabalhadoras Domésticas (CONLACTRAHO), sendo ainda uma das mil mulheres indicadas ao Prêmio Nobel da Paz do ano de 2006; **Saete Silva Sommariva**, desembargadora e Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tendo atuado na criação da Campanha Sinal Vermelho; **Suéli do Socorro Feio**, fundadora do projeto “Costurando Sonhos”, que capacita e certifica mulheres da comunidade local em situações de extrema vulnerabilidade social, conferindo a essas mulheres renda própria e independência financeira, e que hoje está presente em várias cidades brasileiras, produzindo acessórios e roupas com a marca “Costurando Sonhos Brasil”, que é comercializada pela Americanas.com; e **Terezinha Ramires Lima** (*in memoriam*), médica, fundadora da Associação Alagoana PróMulher, tendo participado do movimento pela criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CEDIM), sendo sua primeira Presidente, e colaborado com o projeto de lei criador da Polícia Feminina e atuado para que fosse criada a primeira equipe feminina de bombeiros do Estado de Alagoas.

Em 2022, foram homenageadas **Dalva Christofolletti Paes da Silva**, presidente do CEAME - Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresa, atua no movimento municipalista desde a década de 50; **Elaine Cristina Pimentel Costa**, socióloga; **Erica Vericia Canuto de Oliveira Veras**, pro-

motora de justiça no Rio Grande do Norte; **Muna Zeyn**, ativista dos direitos da mulher; **Simone Franceska Pinheiro das Chagas**, oficial da Polícia Militar do Estado do Pará.

A prática de conceder premiações a pessoas e entidades que se destacaram em determinadas áreas tem sido uma constante na Casa, a exemplo da concessão de premiações como: Prêmio Dr. Pinotti - Hospital Amigo da Mulher (instituído em 2009), Prêmio Darcy Ribeiro de Educação (instituído em 1998), «Selo Cidade Cidadã» (2003), Prêmio Transparência e Fiscalização Pública (2003), Prêmio Brasil Mais Inclusão (2005), Prêmio de Direitos Humanos Evandro Lins e Silva (2014), Prêmio Mérito Agropecuário Deputado Homero Pereira (2014), Prêmio Dignidade no Trabalho (2014), Prêmio Lúcio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação (2015). Com tais homenagens, a Câmara dos Deputados valoriza e reconhece publicamente iniciativas que contribuem para a plena implementação de direitos e garantias instituídas na Constituição Federal e em vasta legislação aprovada pelo Poder Legislativo.

PERFIL DE CARLOTA PEREIRA DE QUEIRÓS

Carlota Pereira de Queirós (13/02/1892 - 14/04/1982) nasceu na cidade de São Paulo. Médica, escritora, pedagoga e política, Carlota Pereira foi a primeira mulher brasileira a ser eleita deputada federal. Ela participou dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935.

Filha de José Pereira de Queiroz e de Maria Vicentina de Azevedo Pereira de Queiroz, formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em 1926, com a tese Estudos sobre o Câncer. Interna da terceira cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e chefe do Laboratório de Clínica Pediátrica (1928), foi assistente do professor Pinheiro Cintra.

Foi comissionada pelo governo de São Paulo em 1929 para estudar Dietética Infantil em centros médicos da Europa.

Membro da Associação Paulista de Medicina de São Paulo, «*Association Française pour l'Étude du Cancer*», Academia Nacional de Medicina e Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires, fundou a Academia Brasileira de Mulheres Médicas, em 1950.

Ingressando na política, foi a primeira deputada federal da história do Brasil. Eleita pelo estado de São Paulo em 1934, fez a voz feminina ser ouvida no Congresso Nacional.

Seu mandato foi em defesa da mulher e das crianças, trabalhava por melhorias educacionais que contemplassem melhor tratamento das mulheres.

Além disso, publicou uma série de trabalhos em defesa da mulher brasileira. Ocupou seu cargo até o Golpe de 1937, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso.

Segue abaixo parte do discurso proferido pela parlamentar em 13 de março de 1934:



Além de representante feminina, única nesta Assembleia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu país e identificada para sempre com os seus problemas. (...) Acolhe-nos, sempre, um ambiente amigo. Esta é a impressão que me deixa o convívio desta Casa. Nem um só momento, me senti na presença de adversários. Porque nós, mulheres, precisamos ter sempre em mente que foi por decisão dos homens que nos foi concedido o direito de voto. E, se assim nos tratam eles hoje, é porque a mulher brasileira já demonstrou o quanto vale e o que é capaz de fazer pela sua gente. Num momento como este, em que se trata de refazer o arcabouço das nossas leis, era justo, portanto, que ela também fosse chamada a colaborar. (...) Quem observar a evolução da mulher na vida, não deixará por certo de compreender esta conquista, resultante da grande evolução industrial que se operou no mundo e que já repercutiu no nosso país. Não há muitos anos, o lar era a unidade produtora da sociedade. Tudo se fabricava ali: o açúcar, o azeite, a farinha, o pão, o tecido. E, como única operária, a mulher nele imperava, empregando todas as suas atividades. Mas, as condições de vida mudaram. As máquinas, a eletricidade, substituindo o trabalho do homem, deram novo aspecto à vida. As condições financeiras da

família exigiram da mulher nova adaptação. Através do funcionalismo e da indústria, ela passou a colaborar na esfera econômica. E, o resultado dessa mudança, foi a necessidade que ela sentiu de uma educação mais completa. As moças passaram a estudar nas mesmas escolas que os rapazes, para obter as mesmas oportunidades na vida. E assim foi que ingressaram nas carreiras liberais. Essa nova situação despertou-lhes o interesse pelas questões políticas e administrativas, pelas questões sociais. O lugar que ocupo neste momento nada mais significa, portanto, do que o fruto dessa evolução.”

CONHEÇA AS **5** AGRACIADAS
COM O DIPLOMA – 2023

APARECIDA GONÇALVES

INDICAÇÃO: Deputada Lêda Borges (PSDB-GO)



Aparecida Gonçalves, conhecida como Cida Gonçalves, atual Ministra das Mulheres, é especialista em gênero e em enfrentamento à violência contra mulheres e ativista de defesa dos direitos das mulheres há mais de 40 anos. Começou sua trajetória política em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde foi coordenadora do movimento popular de mulheres

nas décadas de 80 e 90. Como representante desse grupo, coordenou o processo de articulação e fundação da Central dos Movimentos Populares no Brasil. No início dos anos 2000, foi assessora da Coordenadoria à Mulher da Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Trabalho do Estado de Mato Grosso do Sul. Entre 2003 e 2016, foi Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, atuando na construção da Lei Maria da Penha e da Lei do Femicídio. Foi uma das protagonistas da elaboração do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Programa Mulher Viver sem Violência, que tem como carro-chefe a Casa da Mulher Brasileira. Trabalhou também como consultora em políticas públicas de gênero e violência contra as mulheres. Agora à frente do Ministério das Mulheres, a indicada promove a reestruturação de diversos projetos como a “Casa da Mulher Brasileira”, Pacto Nacional de Prevenção do Femicídio, a ampliação das patrulhas “Maria da Penha” para todos os estados brasileiros e a criação da marcha contra a misoginia.

FLÁVIA GONZAGA COSTA CHAGAS

INDICAÇÃO: Deputada Delegada Ione (AVANTE-MG)



A economista e empresária Flávia Gonzaga Costa Chagas atua como conselheira do SENAI, onde sempre apoiou as decisões pelos jovens, com a oportunidade de se desenvolver e capacitar para o mercado de trabalho, o primeiro emprego, o braço de apoio de RH para seleção de colaboradores para as indústrias, cursos disponíveis de aprendizagem, treinamentos,

palestras, entre outros. A indicada também é Presidente do Sindicato Patronal das Indústrias de Alimentação de Juiz de Fora, e se destacou no enfrentamento das dificuldades relacionadas à pandemia da Covid, em ações realizadas em prol dos empreendedores. Recentemente, assumiu a Presidência do Centro Industrial de Juiz de Fora/MG, sendo a primeira mulher à frente de uma entidade de relevância para a cidade, entidade essa administrada por homens desde 1927. Flávia se destaca no Centro Industrial por seu trabalho de associativismo, desenvolvimento, empregabilidade e renda dos municípios e região, como o projeto de acessibilidade e inclusão social de pessoas portadoras de deficiência auditiva. A empresária vem buscando caminhos e possibilidades para que essas pessoas possam interagir com a sociedade, comunicar-se melhor e serem compreendidas.

LEILA DE ANDRADE LINHARES BARSTED

INDICAÇÃO: Deputada Laura Carneiro (PSD-RJ)



Leila de Andrade Linhares Barsted é advogada desde os anos 1970, tendo tido uma ativa participação no movimento feminista do estado do Rio de Janeiro. Participou da campanha “Quem Ama Não Mata” - contra a impunidade dos autores de violência contra as mulheres. Atuou como advogada na Comissão de Mulheres da OAB do Rio de Janeiro prestando assessoramento jurídico ao Conselho Nacional

dos Direitos da Mulher (CNDM) no processo Constituinte de 1986-1988, quando foram reconhecidos na Constituição direitos mais amplos para as mulheres. Foi professora de Sociologia do Direito e de História do Pensamento Jurídico nas Faculdades Candido Mendes, Benett e Gama. É uma das autoras do texto básico da Lei do Planejamento Familiar, de 1997, e também da Lei Maria da Penha, de 2006, fazendo parte, a partir de então, do Consórcio Lei Maria da Penha pelo fim da Violência contra as Mulheres, que monitora o cumprimento dessa Lei. Desde 2006, atua como membro brasileira da Comissão de Especialistas (CEVI) do Mecanismo da Organização dos Estados Americanos (OEA) de Acompanhamento da Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (MESECVI). É membro fundadora da Comissão de Segurança da Mulher do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres do Estado do Rio de Janeiro (CEDIM/RJ). Por seu trabalho em defesa dos direitos das mulheres, foi selecionada como uma das 1.000 Mulheres indicadas ao Prêmio Nobel da Paz 2005 pela Associação Internacional Mulheres pela Paz. Foi agraciada, em agosto de 2010, com o primeiro lugar do Prêmio Boas Práticas na Implementação da Lei Maria da Penha, instituído pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, na categoria de boa prática na divulgação da legislação sobre violência contra as mulheres.

MARIA LUIZA FONTENELE

INDICAÇÃO: Deputada Luizianne Lins (PT-PI)



A professora Maria Luiza Fontenele participou da implantação do curso de Ciências Sociais na Universidade de Fortaleza, onde coordenaria o Núcleo de Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM), desenvolvendo orientação de monografias sobre os temas ligados às mulheres. Como professora da UFC, ministrou diversas disciplinas e participou da fundação da ADUFC e da ANDES/Sindicato Nacional. Em 1970, foi uma das fundadoras do terceiro núcleo do Movimento Feminino pela Anistia do País, no Ceará, e fundou também a União das Mulheres Cearenses da Associação dos Sociólogos do Estado do Ceará e da CUT, tendo se destacado em lutas nacionais em torno das liberdades democráticas, pela luta feminina e pela autonomia universitária. Foi deputada estadual por dois mandatos e, posteriormente, deputada federal (1990 a 1993) quando, entre outras inúmeras iniciativas, presidiu a Comissão que discutiu e encaminhou o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Maria Luiza foi a primeira mulher brasileira eleita prefeita de uma capital (Fortaleza), em 1985. Em 1990, participou do movimento em combate à violência contra as mulheres na região do Cariri. O mote, à época, foi o assassinato de sete mulheres no Cariri pelo “Escritório do Crime”, fato denunciado por Maria Luiza no encontro da Marcha das Mulheres, na China, em 1995. Maria Luiza subverteu o “destino natural” reservado às mulheres, como diz o livro “Maria Fontenele: Formação Educacional e Política (2021)”, mantendo-se como referência na luta feminina e na luta contra o autoritarismo.

ROSA MARIA PIRES WEBER

INDICAÇÃO: Deputada Soraya Santos (PL-RJ)



Rosa Weber é presidente e ministra do Supremo Tribunal Federal, presidente do Conselho Nacional de Justiça, ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ex-ministra do Tribunal Superior do Trabalho. A ministra tem trabalhado em ações com o objetivo de aplacar as vulnerabilidades das questões de gênero, das LGBTQIA+ e das questões raciais. Foi em sua

gestão como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que se decidiu, em consulta feita pelo Parlamento, que pelo menos 30% dos recursos do Fundo de Financiamento de Campanha deveriam ser destinados para candidaturas de mulheres. Instituiu também neste órgão a Comissão Gestora de Política de Gênero, para atuar no planejamento e no acompanhamento de ações relacionadas ao incentivo à participação feminina na política e na Justiça Eleitoral. Sob sua presidência, o Conselho Nacional de Justiça aprovou a Recomendação 128/2022, que orienta os órgãos do Poder Judiciário a adotarem o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. Também em sua gestão se aprovou, como meta nacional para o Poder Judiciário em 2023, o enfrentamento à violência contra mulheres entre as prioridades da Justiça brasileira. À frente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, a Ministra publicou o título “Cadernos de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: Concretizando Direitos Humanos, com enfoque nos direitos das mulheres”. A publicação traz treze decisões emblemáticas sobre questões relativas a direitos femininos e se constitui em instrumento de grande valia para proteger as mulheres e fomentar a igualdade de gênero.

**CONHEÇA AS DEMAIS
INDICADAS AO DIPLOMA – 2023**

CLAUDETE ALVES DA SILVA

INDICAÇÃO: Deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP)



Formada em Pedagogia com especialização em Administração Escolar e Mestre em Ciências Sociais, Claudete Alves da Silva é militante e ativista do movimento sindical na área do serviço público. Nos anos 80, participou ativamente do Movimento de Mulheres e da luta por creches no Município de São Paulo, já tendo um histórico de atuação também no

Movimento Negro. Em 2002, assumiu como vereadora do município de São Paulo, e em 2004 foi reeleita, tendo como principais áreas de atuação: o combate à discriminação racial, a defesa dos direitos da mulher, da criança e do adolescente e a luta pela oferta de um serviço público de qualidade, com ênfase na educação e saúde. É autora da Lei municipal nº 13.707/03, que instituiu o Feriado de 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, na cidade de São Paulo. É autora do livro “Virou Regra”, sobre a solidão da mulher preta, e do livro “Negros, o Brasil nos Deve Milhões!”, resultado de uma ação civil pública contra a União, que visava indenização pelos danos causados pela escravidão aos DNAEBs – Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil residentes na cidade de São Paulo. É autora do projeto de lei que incluiu no currículo das escolas públicas e particulares o ensino da História Geral da África. É também autora da Lei 14.636/2007, que institui o Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe, comemorado no dia 25 de julho na cidade de São Paulo, e também concedeu o Prêmio Luiza Mahin a mulheres comprometidas com a valorização da cultura negra.

EVA EVANGELISTA DE ARAÚJO SOUSA

INDICAÇÃO: Deputada Socorro Neri (PP-AC)



A desembargadora Eva Evangelista de Araújo Sousa é a decana do Tribunal de Justiça do Acre (TJ/AC). Foi advogada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Juíza de Direito nos municípios de Sena Madureira e Rio Branco, no estado do Acre, até assumir como Desembargadora do Tribunal de Justiça do Acre em 1984, sempre tendo atuação destacada contra a violência de gênero. Foi ainda membro do Conselho Deliberativo de Proteção à Vítima e à Testemunha e coordenadora do Programa Justiça Restaurativa do TJ/AC. Atualmente, a indicada é Coordenadora da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COMSIV), desde 2017; coordena também o Programa Justiça Comunitária e a Ouvidora da Mulher do TJ/AC. A Desembargadora, por meio da COMSIV, lidera a Rede Estadual de Proteção à Mulher do Acre, integrada por vários órgãos. Outro projeto em que a desembargadora tem papel protagonista é na Campanha “Sinal Vermelho contra Violência Doméstica”, com atuação relevante do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) por meio da COMSIV e da Associação dos Magistrados do Acre (ASMAG), que encampam a mobilização em todo o Estado.

JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA

INDICAÇÃO: Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA)



Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres da Bahia de 2017 a 2022 e primeira mulher a assumir a presidência de uma indústria pública de medicamentos, a Bahiafarma (2011 a 2017), Julieta Maria Cardoso Palmeira é militante do movimento feminista desde a década de 80, sendo cofundadora da União Brasileira de Mulheres. A indicada integrou o

grupo de mulheres que lutou pela criação da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres da Bahia (SPM/BA), órgão que posteriormente assumiria. À frente da SPM/Bahia, foi responsável pelo lançamento da Campanha “Respeita As Mina” de combate à violência contra as mulheres, que ganhou contorno nacional com a adesão de instituições, times de futebol, entidades do movimento social e artistas locais e nacionais. Sua gestão foi marcada pelo enfrentamento à violência contra as mulheres, fortalecendo as redes locais de acolhimento às mulheres em situação de violência, criação do “Zap Respeita As Mina” em 2021, serviço de mensagem de texto pelo WhatsApp complementar ao Disque 180. Promoveu o estabelecimento de procedimentos padrões para prevenir, investigar e julgar o feminicídio na Bahia, que envolve sete secretarias de estado, além da OAB, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça. Esses procedimentos foram denominados “Protocolo do Feminicídio”, com base nas diretrizes da ONU, e contribuem para uma ação mais célere e qualificada no enfrentamento à violência contra as mulheres. Em sua gestão, a Bahia foi um dos estados pioneiros a estabelecer, em 2021, o “Projeto Dignidade Menstrual”, que posteriormente se transformou em lei, e realiza ações educativas para estudantes (homens e mulheres) e distribuição de absorventes higi-

ênicos, contemplando 220 mil estudantes da rede de ensino estadual em situação de vulnerabilidade e mulheres em situação prisional. No intuito de definir políticas públicas para as mulheres baianas, deu base a um estudo sobre a monoparentalidade feminina, que apontou os graus de vulnerabilidade dessas mulheres, que são em sua maioria negras e vivem nas comunidades periféricas das cidades. Em relação à autonomia econômica das mulheres, uma das ações de destaque em sua gestão é a implantação da plataforma “Compre das Minas”, que além de divulgar os negócios liderados por mulheres contribuiu para a venda direta ao consumidor/consumidora permitindo que mulheres liderando arranjos produtivos locais pudessem alcançar um maior mercado. Outra iniciativa voltada para a melhoria da situação econômica das mulheres foi o “Projeto Quilombola para Sempre Marisqueiras com Orgulho”, que trouxe benefícios para as marisqueiras quilombolas do Recôncavo Baiano com a cultura coletiva de ostras.

JUMARA PORTO PINHEIRO

INDICAÇÃO: Deputada Yandra Moura (UNIÃO-SE)



A Juíza Jumara Porto Pinheiro assumiu como Coordenadora da Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de Sergipe no mês de fevereiro de 2023 e, desde então, vem desenvolvendo diversas ações na defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero, por meio da promoção de políticas judiciais de prevenção e enfrentamento à violência

doméstica e familiar contra a mulher, em observância aos preceitos da Lei Federal 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Em sua gestão, Jumara Porto Pinheiro criou dois relevantes projetos de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e de atendimento aos homens autores desse crime: o “Projeto de Articulação para Criação dos Centros de Referência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar nos Municípios de Sergipe – CRAMS”; e do “Projeto de Articulação para Criação dos Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência Doméstica”. O primeiro tem por finalidade a articulação para criação dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher, que são espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico da mulher em situação de violência, que devem proporcionar o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate de sua cidadania. Já o segundo tem como objetivo geral articular para o desenvolvimento, implementação e acompanhamento de grupos reflexivos como política pública dos municípios sergipanos, trabalhando os autores de violência contra a mulher.

LUIZA PEREIRA SOL

INDICAÇÃO: Deputada Flávia Morais (PDT-GO)



Luiza Pereira Sol é coordenadora da Patrulha Mulher Mais Segura da Guarda Civil Militar (GCM) da cidade de Goiânia, coordenando uma equipe com 20 profissionais que trabalham fiscalizando o cumprimento de medidas protetivas. A indicada desenvolveu, junto a Secretaria Municipal da Mulher, o botão do pânico dentro do aplicativo “Prefeitura Municipal de Goiânia – Prefeitura 24 horas”, permitindo o atendimento de uma média de 1.200 mulheres que são encaminhadas para serviços jurídicos, psicológicos e abrigos da rede de proteção. A indicada também realiza palestras de conscientização e mutirões de atendimento junto aos órgãos para disseminar conscientização sobre a violência doméstica e combate à violência contra a mulher.

LUZIANE CRAVO SILVA

INDICAÇÃO: Deputado Celso Sabino (UNIÃO-PA)



Luziane Cravo Silva atuou em diversas políticas públicas em prol das mulheres, como a luta pela alfabetização de mulheres do campo e a garantia de projetos no âmbito da habitação rural e urbana para mulheres de famílias monoparentais. Graduada em Gestão Pública, a indicada promoveu a alfabetização de muitas mulheres rurais com dificuldade de

acesso à escola por falta de transporte; facilitou também o acesso à leitura para que essas mulheres pudessem melhorar sua comunicação social, interação e se tornassem protagonistas de uma nova história, a partir do conhecimento adquirido. Na habitação e na concessão e garantia de moradias para mulheres do campo e da cidade, reduziu risco social a partir do acesso à moradia, reduziu o déficit habitacional rural e urbano, defendeu saúde e bem-estar para inúmeras mulheres, promovendo dignidade com o acesso à moradia, e realizando ações técnicas voltadas para saúde, educação e geração de renda.

MARIA HELENA GUAREZI

INDICAÇÃO: Deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR)



A atual secretária-executiva do Ministério das Mulheres, Maria Helena Guarezi foi coordenadora do Programa de Incentivo à Equidade de Gênero da Itaipu Binacional de 2004 a 2016. Neste período, levou diversos avanços para a política funcional em prol das trabalhadoras da Itaipu Binacional, como a dispensa das mulheres, sem prejuízo da remuneração,

para acompanhar filhos em casos de exames e internamentos; dispensa para as comemorações de dia das mães e pais; contratação de mulher como médica do trabalho; condições especiais para as gestantes; implantação do horário móvel para facilitar que pais e mães possam levar e buscar os filhos na escola; inclusão de companheiros (as) em união estável, inclusive homoafetivos, como dependentes dos benefícios concedidos pela empresa; e ampliação do percentual feminino nos níveis gerenciais, que duplicou desde 2004. O programa, sob sua coordenação, também contribuiu com o reconhecimento dos direitos humanos e de cidadania das mulheres com ações que visam o público externo, atuando como instrumento de articulação e de apoio a iniciativas nacionais e internacionais. A Itaipu foi a primeira empresa brasileira a aderir à campanha “He For She” (“Eles por elas”), da ONU Mulheres, e realizou o lançamento da iniciativa no Brasil e no Paraguai. A indicada foi também membro do Comitê Permanente de Equidade do Ministério das Minas e Energia, do Comitê contra a Violência de Gênero da OAB/PR e do Conselho Estadual da Mulher do Paraná.

RITA LEE JONES DE CARVALHO *(in memoriam)*

INDICAÇÃO: Deputada Tabata Amaral (PSB-SP)

Rita Lee Jones de Carvalho, reconhecida amplamente como a Rainha do Rock Nacional, é uma das artistas de maior sucesso na história da música popular brasileira. Além de cantora, também foi compositora, instrumentista, apresentadora, atriz, escritora, defensora dos direitos dos animais e ativista. Sua influência vem desde a participação no grupo Os Mutantes, a partir da década de 1970, sendo uma das primeiras mulheres a serem líderes de banda e a alcançar tamanho sucesso no país. Rita foi instrumental para abrir portas às mulheres na cultura brasileira, sendo pioneira principalmente no rock nacional, que era fortemente dominado por homens. Icônica, inspirou múltiplas gerações de cantoras. Também foi pioneira em diversos debates relacionados à mulher, como por exemplo sobre menstruação e menopausa, ao popularizá-los através de suas músicas, sem medo de nenhum tabu social. São imensuráveis as contribuições de Rita Lee para o imaginário brasileiro e a influência que ela teve em escancarar as portas para o acesso das mulheres ao direito de sua cidadania e de tomar a frente de lugares antes somente dominados por homens. Participou também de programas para debater o papel da mulher na sociedade, como o especial de TV Mulher 80, em 1979, e o programa de debates Saia Justa. Como consequência dessa extensa trajetória como uma das maiores artistas da história do Brasil, chegou a ter declarado luto oficial nacional de três dias pelo presidente da República, em decorrência de sua morte, no dia 8 de maio de 2023.



Comissão de
Defesa dos Direitos
da Mulher



CÂMARA DOS
DEPUTADOS